

**IX Congresso Brasileiro de História Econômica**  
**10ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Título: O "ESPAÇO" DO COMÉRCIO NA SÃO PAULO DA BELLE ÉPOQUE (1890-1915)**

**Autora: Milena Fernandes de Oliveira**

**Profa. Dra. do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP)**

**E-mail: [milena@eco.unicamp.br](mailto:milena@eco.unicamp.br)**

**Resumo**

O momento que se inaugura ao final do século XIX é o da consolidação do sistema capitalista com o lançamento das bases da II Revolução Industrial na Europa e nos EUA. No Brasil, assistimos à abolição da escravatura, à proclamação da República e à ascensão de São Paulo como principal exportador do país. Enquanto o capitalismo se consolida no centro do sistema, na periferia, ele dá os seus primeiros passos, respeitando a especialização produtiva dentro de um complexo sistema de divisão internacional de trabalho. Se o nosso capitalismo periférico nascente se liga ao capitalismo consolidado no centro a partir de uma divisão de trabalho, da mesma forma, a cidade e o comércio, que ali se reaviva, são reorganizados segundo os rumos de um novo sistema-mundo em gestação. O Triângulo Comercial, formado pelas Ruas Direita, XV de Novembro e São Bento representa uma síntese entre as transformações capitalistas materiais e as transformações culturais que remete à modernidade emergente ao final do século XIX. Ali se reúnem as conquistas industriais do mundo capitalista desenvolvido, os novos hábitos, a nova racionalidade que separa o espaço privado do público.

**Palavras-chave:** comércio, São Paulo, capitalismo

## **Abstract**

The moment that begins in the end of the XIXth century express the consolidation of the capitalist system with the launching of the bases of the II Industrial Revolution in Europe and in U.S.A. In Brazil, we watch to the abolition of the slavery, to the proclamation of the Republic and to the ascendance of São Paulo as main exporter of the country. While the capitalism is consolidated in the center of the system, in the periphery, he gives his first paces, respecting the productive specialization inside a complex system of international division of work. If our nascent peripheral capitalism itself relation to the capitalism consolidated in the center from a division of work, similarly, the city and the commerce, that there itself revives, healthy reorganized on the routes of a new system-world in gestation. The Commercial Triangle, formed by the Street “Direita”, “XV de November” and “São Bento” represent a synthesis among the stuff capitalists transformations and the cultural transformations that remit to the emergent modernity in the end of the XIXth century. It unites the industrial conquests of the world capitalist developed, the new habits, and a new rationality that separates the private space of the public one.

Keywords: commerce, São Paulo, capitalism

## O "espaço" do comércio na São Paulo da Belle Époque (1890-1915)

Este artigo, seguindo a linhagem materialista de compreensão da história, pretende decifrar o significado do comércio urbano em uma sociedade capitalista em processo de formação. Se, no Brasil, e, particularmente em São Paulo, o capital é, ao mesmo tempo, agrário, mercantil e industrial, (Silva, 1986) um recorte do processo de acumulação junto à esfera da circulação permite trazer à tona as transformações econômicas estruturais em curso, já que o comércio "é a parte dinâmica e visível da estrutura econômica" (Prado Jr., 1996).

O momento que se inaugura ao final do século XIX é o da consolidação do sistema capitalista. No Brasil, assistimos à abolição da escravatura, à proclamação da República e à ascensão de São Paulo como principal exportador do país. Enquanto o capitalismo se consolida no centro do sistema partir da II Revolução Industrial, na periferia, ele dá os seus primeiros passos, respeitando a especialização produtiva dentro de um complexo sistema de divisão internacional de trabalho.

Segundo Hobsbawm, o capitalismo, cuja gênese é geralmente associada às Revoluções Industriais, implica, na realidade, em uma série de revoluções interligadas - uma revolução agrária, uma revolução nos transportes, uma revolução comercial<sup>1</sup> (Hobsbawm, 2003). É dentro dessa ideia que analisaremos a verdadeira revolução comercial que se processa na região central da São Paulo da Belle Époque.

O nosso capitalismo assiste também a essas múltiplas revoluções, embora, como em todo país periférico, elas se encontrem diluídas no tempo. O surgimento da estrada de ferro ligando o oeste paulista à cidade de São Paulo e ao porto de Santos faz parte do processo de revolução comercial associado à revolução no transporte. Coladas a essas mudanças se encaminham nossas primeiras transformações industriais, como as fábricas de bitolas, as fábricas de sacas de café, de secadores mecânicos, que, segundo Sérgio Silva foi uma inovação bastante significativa. Por outro lado, as relações de trabalho livre e as novas formas de produzir sobre o qual se assentava nossa produção cafeeira constituem, a um só tempo, uma revolução industrial e agrária. (Silva, 1996)

Se o nosso capitalismo periférico nascente se liga ao capitalismo consolidado no centro a partir de uma divisão de trabalho, se a circulação, a distribuição, a produção e o consumo assumem os seus lugares em uma sociedade capitalista específica em formação, se a nossa infraestrutura se volta para atender a uma demanda externa de produtos primários, da

---

<sup>1</sup> Também acrescentamos a estas uma revolução do consumo. (McKencrick, 1982)

mesma forma, a cidade e o comércio, que ali se reaviva, são reorganizados segundo os rumos de um novo sistema-mundo em gestação. (Arrighi, 1996)

A cidade capitalista à periferia do sistema segue alguns dos padrões de urbanização implantados na Europa no começo do século XIX. Esses padrões de urbanização, que compreendem uma nova configuração da geografia urbana, estão associados às novas necessidades de acumulação de capital, específicas de finais do XIX e primórdios de XX. Se, geralmente, costumamos dizer que nossa infraestrutura inicial foi toda moldada pela nossa incipiente função na divisão internacional do trabalho, ou seja, como exportadores de produtos primários, o mesmo se dá com a infraestrutura urbana, que respeita uma racionalidade capitalista de divisão de funções e a conversão da cidade em centro econômico e cultural.

O nosso artigo começa exatamente no ponto em que as reformas urbanas se entrelaçam às transformações no comércio que se sucedem em São Paulo a partir de 1870. A cidade deixa de ser cidade de taipa, lugar de pouso de tropas, para ser a metrópole do café, no que se caracteriza como ruptura. Ao mesmo tempo, cola-se a estruturas coloniais arcaicas, no que configura uma continuidade. A ruptura é o eixo que recebe maior ênfase neste artigo porque tratamos de um mundo novo. A continuidade, no entanto, que se imprime inclusive nas formas pelas quais se encaminha a ruptura, é o que nos caracteriza enquanto nação capitalista periférica.<sup>2</sup>

O Triângulo Comercial, formado pelas Ruas Direita, XV de Novembro e São Bento, é produto de tais mudanças que expressam uma determinada racionalidade capitalista aplicada ao espaço. Não somente se destaca enquanto "microcosmo" regido por uma lógica específica (Barbuy, 2006), como, dentro de si, cada rua adquire uma função também. O Triângulo é a síntese entre as transformações capitalistas materiais e as transformações culturais que remete à modernidade emergente ao final do século XIX. Ali se reúnem as conquistas industriais do mundo capitalista desenvolvido, os novos hábitos, a nova racionalidade que separa o espaço privado do público. No entanto, e o que é específico à nossa condição de nação de passado colonial, na medida em que se definem uma nova geografia e novas formas de sociabilidade,

---

<sup>2</sup> Cândido Malta Campos diz que, apesar a periodização "cidade de taipa"- "metrópole do café" ser útil, ela esconde as descontinuidades e contradições internas que marcaram a passagem de uma situação para outra. A cidade de São Paulo ao cabo do século XIX é, na verdade, fruto de um projeto que, em meio a tantos conflitos, acaba por predominar, estabelecendo, então, tanto descontinuidades como continuidades em relação ao passado.: "Embora útil essa periodização não deixa de apresentar alguns perigos. A projeção ideal das características marcantes de cada fase alimenta a ilusão de totalidades coesas sucedendo-se sobre o mesmo espaço. Perdem-se de vista as disputas e contradições internas presentes em cada momento, a existência de direções divergentes nos caminhos que poderiam pautar a evolução urbana". (Campos, 2002: p. 18)

os espaços, relações sociais e valores deixados pela nossa herança colonial persistem combinando-se ao novo.

Analisadas as reformas urbanas, apresentaremos as maravilhas do mundo capitalista moderno que estão ali representadas no Triângulo comercial, como a iluminação elétrica que substitui a iluminação a gás; a arquitetura em ferro e alvenaria, que substituem a em madeira e em taipa; os cosméticos e perfumarias que remetem a uma relação com o corpo tipicamente burguesa; a moda feminina, masculina e infantil, que acompanham diferenciação de funções de cada membro da família dentro da sociedade, individualizando-os; os espaços de lazer que representam a lenta configuração de uma sociedade de classes.

Os produtos importados pelas casas de comércio são também acompanhados por novas formas de comercializar, que também se fazem presentes no Triângulo comercial. Dentre essas formas, destacamos a venda a preço fixo; a exposição em vitrines; a vinda da loja de departamentos e sua revolucionária divisão em seções de venda e a divulgação de seus produtos em catálogos. Tais transformações permitem ao cliente visualizar o produto antes de comprá-lo. Comprar ou não passa a ser uma escolha do indivíduo, o que torna a observação das vitrines um hábito burguês.

Finalmente, no sentido de aprofundar o significado do comércio nesse contexto de formação do capitalismo no Brasil, apontamos para a compreensão do Triângulo comercial, não somente como a ponte com o mundo industrial, mas também como um espaço de sociabilidade capitalista moderna, também produto de uma modernização específica que combina valores estranhos à nossa sociedade aos nossos valores tradicionais. A forma como tais valores se conformam é o que dá o tom de nossa modernidade, que atrela os nossos valores tradicionais àqueles oriundos de nosso processo de laicização, que bebe nas fontes de nossa Reforma Católica e de nosso positivismo ilustrado. São os valores que dizem respeito à moral secular e religiosa, ligados à higiene corporal, à liberdade, à igualdade, à moral do trabalho e à distribuição do tempo entre aquele e o lazer. (Cardoso de Melo & Novais, 1998).

### **A metrópole do café e os novos sentidos do comércio**

A brusca reversão dos padrões urbanos de ocupação têm de se reportar, necessariamente, à nossa entrada no mundo capitalista. A urbanização deve ser entendida como o produto da transição do trabalho escravo para o livre, dentro de um quadro mais amplo de constituição de forças produtivas especificamente capitalistas, assim como da ruptura com os demais entraves que remetiam ainda à acumulação primitiva de capital.

O início da urbanização à periferia do sistema capitalista não corresponde à consolidação de seu capitalismo, mas, aos primórdios de seu capitalismo, enquanto se consolida o capitalismo na Europa.

Começemos com as transformações demográficas que encabeçam a urbanização de São Paulo. A partir de 1870, data em que a marcha da cafeicultura para oeste assume um ritmo mais intenso, a área urbana assiste ao seu primeiro impulso expansionista com os loteamentos das chácaras que circundavam o núcleo inicial. Essa primeira expansão tinha dois vetores: o crescimento dos serviços e das atividades comerciais que se diversificavam com a expansão do café e o surgimento dos bairros residenciais da oligarquia enriquecida pelo café.

A cidade que, à época colonial era um simples “Arraial de Sertanejos” (Bruno, 1991(a)) passando a “Burgo de Estudantes” com a fundação da Faculdade de Direito em 1827 (Bruno, 1991(b)), tornava-se agora, “Metrópole do Café” (Bruno, 1984). A década de 80 do século XIX iniciaria a reversão do papel que se consagrara até então à cidade na História de São Paulo: o de mero apêndice do campo.

Não podemos nos esquecer, no entanto, de que essa reversão só foi possível a partir do advento da estrada de ferro. Além de permitir o escoamento rápido da produção do café do oeste pelo porto de Santos, a linha férrea ligava a residência urbana do fazendeiro à sua residência no campo.

Sendo a cidade de São Paulo cruzamento de vias de circulação, centro econômico, comercial e financeiro, restava fazer dela também um centro cultural: “A capital, engrandecida, chamará a si os grandes proprietários capitalistas da província, que nela formarão seus domicílios (...) O comércio lucrará, ampliando seu consumo. As empresas se fundarão (...) homens ricos e abastados procurarão comprar casa de elevado preço na capital para (...) gozarem por algum tempo das comodidades que oferece”.<sup>3</sup>

Durante o governo de João Teodoro, em 1870, houve o alargamento de algumas ruas e a construção de novas que facilitariam o acesso às estações ferroviárias da Luz e no Brás. Também aí se promulgou o primeiro Código de Posturas (1875), que fixava os limites para a expansão das casas. Foi imposta a largura mínima das ruas e a altura mínima para as edificações particulares.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> “Relatório apresentado pelo presidente da província Dr. Theodoro Xavier de Mattos à assembléia Provincial em 14 de fevereiro de 1875”, apud Eugênio Egas, *Galeria dos presidentes de São Paulo: período monárquico (1822-1889)*. vol. II. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1926, p. 499, 3 vols.

<sup>4</sup> Mais detalhes sobre o Código de Posturas de 1875, vide Antônio Egídio Martins. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. (Martins, 1973: 123).

A urbanização de São Paulo, juntamente com a diversificação das possibilidades de investimentos, seja pela cafeicultura, pela ferrovia ou pela indústria nascente, trouxe as empresas internacionais responsáveis pelo fornecimento de serviços públicos. A cidade crescia e, com ela, os problemas de abastecimento, incapazes de serem resolvidos pela iniciativa municipal ou estatal.

Os princípios norteadores das nossas reformas urbanas foram inspirados pelas reformas urbanas europeias, principalmente a da Paris do prefeito Haussmann. A visibilidade e uniformidade, que se casavam perfeitamente com os ideais do higienismo, eram os pilares da "cidade moderna": "(...) um modelo de 'cidade moderna', caracterizado pelas grandes avenidas ordenadoras do tráfego, de linhas retas e axiais, pela presença de esculturas monumentais e imponentes edifícios públicos estrategicamente situados para ser referências espaciais, pelos parques e jardins também minuciosamente planejados, entremeando o tecido urbano".(Barbuy, 2006: 70).

Em 1899, foi criado o cargo de prefeito em São Paulo e o primeiro a ser eleito foi Antônio da Silva Prado, que aí ficaria até 1911, direcionando a modernização da capital, a remodelação dos espaços e do aparelhamento urbano. Sua gestão coincidiu com a de Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro, que, contratou Francisco Pereira Passos para liderar as obras de modernização do distrito federal. Os princípios que norteariam a modernização de ambas capitais seriam o embelezamento, a limpeza e a racionalização de espaços.

A despeito de não poder contar com o mesmo montante de recursos do qual dispuseram Rodrigues Alves e Pereira Passos na modernização da capital federal,<sup>5</sup> ainda assim, a capital paulista passou por transformações notáveis. A começar pelos projetos de cunho paisagístico calcados na arborização urbana com espécies ornamentais: a reforma do Jardim da Luz, tornando-o um lugar para passeio das famílias abastadas;<sup>6</sup> a arborização da Avenida Tiradentes; ajardinamento da Praça da República; aterramento das várzeas do Tamanduateí; projeção do jardim do Ipiranga por Arsênio Puttemans; colocação de macadames do leito da Avenida Paulista em 1903. (Campos, 2002: 83)

---

<sup>5</sup> As desapropriações necessárias à abertura da Avenida Central ficaram em cerca de 35 mil contos de réis, e mais sua reconstrução em 11 mil contos. Em São Paulo, as obras não puderam ultrapassar a marca de mil contos anuais. (Brenna, 1985).

<sup>6</sup> Sobre a reforma do Jardim da Luz, relata Ernani da Silva Bruno a primeira visita de Antônio da Silva Prado ao lugar: "Fazendo sua primeira visita ao logradouro, ficara ele mal impressionado com o seu aspecto. Estava muito cheio de canteirinhos, vários deles com cercaduras de garrafas de fundo para cima, e abrigando apenas perpétuas, sempre-vivas e manjeriço. Tudo muito provinciano, teria pensado o prefeito. Passou então o parque por uma transformação completa, à moda inglesa, com gramados e canteiros artísticos, ostentando flores mais aristocráticas". (Bruno, 1984: 1008).

O centro da cidade e, particularmente, o “chamado” triângulo formado pelas ruas São Bento, Direita e XV de Novembro, receberia especial atenção: “Realmente Antônio Prado, ao deixar a prefeitura e ao encaminhar ao governo do Estado um plano de melhoramentos no centro da cidade, escrevia que esse plano lhe daria o aspecto de cidade moderna, próspera e civilizada, conferindo-lhe um dos primeiros lugares entre as melhores cidades do continente”.<sup>7</sup> Procurou-se eliminar os estigmas que ligavam São Paulo ao passado colonial, e em seu lugar erigir símbolos modernos que a colocassem entre países civilizados. Esse foi o caso da demolição da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, onde os negros ainda realizavam antigos rituais que, na visão dos moradores das cercanias, eram assustadores.<sup>8</sup>

Também seriam demolidas, a partir de 1910, as igrejas da Sé e a de São Pedro dos Clérigos. Em seus lugares, surgiriam edificações de estilo moderno, que negariam o estilo colonial anterior, dando à cidade um ar europeu: “As próprias igrejas antigas, feitas de taipa segundo os rudes moldes coloniais, desapareceram para dar lugar, no começo do novecentismo, a templos edificadas segundo estilos universalmente consagrados e, portanto mais de acordo com a feição tanto quanto possível européia que a cidade procurava assumir (...) escondendo ou eliminando qualquer traço não-europeu ou ‘caipira’ que porventura perdurasse em suas ruas, em suas casas, em seus jardins e em seus costumes”. (Campos, 2002: 82).

Na gestão Duprat, entre 1911 a 1914, a cidade se aproximaria ainda mais do modelo haussmanniano de urbanização com os projetos do arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard.

Sob a liderança de Bouvard, finalmente a equipe conseguiu vencer a dura resistência do Conde Eduardo Prates às propostas de reconstrução do Vale do Anhangabaú.

O plano Bouvard contemplava ainda o alargamento da Rua Líbero Badaró, além de extintos os seus pontos de prostituição, o que faz parte dos projetos urbanos de caráter higienista. Paulo Cursino de Moura relata o contraste entre a rua após a reforma e a rua de outrora com seus paralelepípedos soltos, fétida e nauseabunda: “Se hoje se apresenta garbosa, limpa, com asfalto, esplendorosa na sua elegância de ‘boulevard’; outrora (...) desnudou-se, grotesca e imoralmente, aos olhos dos paulistas, como uma chaga no coração da cidade,

---

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 912.

<sup>8</sup> “O serviço de enterramento de cadáveres nas igrejas ou nos cemitérios contíguos era feito por pretos africanos, os quais, à proporção que iam pondo terra sobre o cadáver, socavam este com uma grossa mão de pilão, cantando: ‘Zóio que tanto vê, Zi boca que tanto fala. Zi boca que tanto ria, zi comeu e zi bebeu. Zi corpo que tanto trabaiô. Zi perna que tanto andô. Zi pé que tanto zi pisô’. Iam assim cantando até acabarem de cobrir com terra a sepultura”. (Moura, 1943: 58)



arrepiando os cabelos de matronas pudicas e sendo objeto de recriminações de pais austeros ante a licenciosidade dos filhos-famílias”. (Moura, 1943: 61)

Com o plano Bouvard, o comércio urbano, encarnado nas ruas, também passaria por um processo de racionalização. O triângulo menor, formado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro, antiga Imperatriz, constituiu um mundo à parte que sintetizava as transformações capitalistas materiais, sociais e culturais. Os estabelecimentos presentes no triângulo maior, formado pela Rua Líbero Badaró, Boa Vista e José Bonifácio, bem como os das pequenas ruas que ligavam os dois triângulos, seriam principalmente fornecedores dos serviços essenciais ao funcionamento do triângulo interno. A divisão de espaços segue a racionalidade instrumental que, segundo Weber, vai, aos poucos, atravessando todas as esferas sociais no capitalismo.

Outro traço das atividades agrupadas no Triângulo maior era o seu cunho artesanal. Ali se concentravam os ofícios que iam desde alfaiates, sapateiros, até fabricantes de chapéus, luvas, lenços, quinquilharias em geral.

Ainda compreendendo o setor de serviços, para a Rua Líbero Badaró convergiam os escritórios de profissionais liberais, como advogados, arquitetos, engenheiros, funcionários públicos. Tais ofícios, nascidos da própria expansão urbana, contribuíam para o surgimento de uma camada média, que cuidava dos novos modos de habitar e viver, bem como de sua normatização. Nas ruas menores que exercem a função de comunicação entre os dois triângulos, a Rua do Rosário, a Rua da Quitanda e a Rua do Comércio, concentravam-se alguns dos principais escritórios financeiros da capital.

### **Produtos industriais e novas formas de comercialização no Triângulo Comercial**

A partir de finais do XIX, as residências foram proibidas nas ruas São Bento, Direita e XV de Novembro. Ali combinava-se o comércio tradicional, como os armazéns de secos e molhados, que passaram também a vender artigos importados, ao comércio moderno.

Embora a Rua Direita, a São Bento e a XV de Novembro fossem marcadas por todo tipo de negócio, cada uma das ruas acabou adquirindo um perfil que a relacionava a uma determinada dimensão da sociedade industrial. Todo o "Triângulo" constituía, por outro lado, um mundo representado pelos novos hábitos que, da mesma forma que os produtos consumidos, marcavam as hierarquias de classe. Os espaços de lazer e sociabilidade eram diferenciados segundo o grupo social que os freqüentava. Para a elite, eram reservados certos

restaurantes, hotéis, cafés, confeitarias e bilhares. Para a camada média, alguns cinemas já que eram mudos e, portanto, acessíveis mesmo aos analfabetos.

A reforma urbana conferiu uma forma geográfica ao processo de racionalização e especialização que é característico das sociedades capitalistas. Ao lado dos novos materiais empregados no urbanismo moderno, principalmente o ferro, o aço, o concreto, a alvenaria, assiste-se, no plano da modernidade capitalista, à separação entre espaço privado e espaço público. As manifestações concretas, expressas na geografia das ruas, no alinhamento dos edifícios, expressam os embates que começam a ser travados entre a esfera privada e a esfera pública, embates estes que assumem contornos específicos durante esse primeiro momento da urbanização periférica.

Na Rua XV de novembro esse embate é claro. A maioria dos proprietários ali presentes fora forçada, entre os anos de 1895 e 1915, a adaptar as construções às novas exigências da legislação urbana. Deveriam ser respeitados os recuos e as alturas dos edifícios; os prédios ainda em taipa deveriam ser demolidos e novos construídos em tijolos. As fachadas seguiriam os estilos neoclássicos, neobarrocos, neo-românticos, ou simplesmente a combinação entre todos eles, resultando na profusão de estilos que pode hoje ser vista ao longo da rua. Heloísa Barbuy, ao localizar nas linhas urbanas o novo sentido dado pelo comércio, não deixa de fazer referência às modificações das fachadas dos edifícios no Triângulo. (Barbuy, 2006) Com tijolos e vigas metálicas, os prédios construídos passaram a ser mais bem estruturados e mais esbeltos. O aparecimento da vitrine, nascida de outro produto cuja produção fora revolucionada pela II Revolução Industrial, o vidro, só seria possível nestas novas construções de alvenaria já que a taipa e o bairro não forneciam estabilidade suficiente para acolhê-las. Antes disso, os artigos eram expostos em “araras” que ficavam defronte aos estabelecimentos. (Rios, 2005)

Podemos dizer que a rua XV de Novembro passou a ser, principalmente a partir de 1910, a expressão espacial da face financeira de nosso capitalismo nascente. Juntamente com a Rua da Boa Vista, a Rua XV de Novembro reunia os principais bancos, como o Banco Alemão, o Banco do Comércio e Indústria, o *London Bank*, o *Crédit Foncier*, o Banco Italiano e outros.

Além dos bancos, a presença de numerosas joalherias era a outra faceta da rua XV de Novembro. Se caminhássemos da Praça Antônio Prado em direção à Praça da Sé, encontraríamos, do lado par, Maurice Grumbach e Netter, vizinhos, nos números 46 e 48, respectivamente, Suplicy, no número 22 e Bamberg, no 14. Do lado ímpar, teríamos Levy, no número 43, Michel, nos números 25 a 27, Fox, no número 7.

A próxima rua que compõe o nosso triângulo comercial, a Rua Direita, talvez fosse a que, dentre as três, mais concentrasse edifícios antigos, convivendo ao lado dos novos e dos reformados. Ali encontrávamos o que havia de mais luxuoso em termos de moda. Havia lojas de armarinhos e fazendas, *ateliers* de confecção, chapelarias e luvarias, *magasins* de roupas feitas, tanto para os gostos masculinos, quanto femininos mais exigentes. Já houvera mesmo viajante estrangeiro que, em 1883, comparara a Rua Direita às ruas mais refinadas da corte: “(...) por causa das suas grandes lojas, das suas vitrinas, dos seus quiosques com bandeirolas, dos seus anúncios coloridos em todas as paredes”.<sup>9</sup>

O último decênio do século XIX e o primeiro do século XX assistiram às primeiras formas de produção em massa de roupas prontas. Com a produção em massa do vestuário, surgem os mecanismos de diferenciação criados para atender às camadas superiores da sociedade.<sup>10</sup> Isso tanto no capitalismo central, como em nosso capitalismo nascente. O que os diferencia é a fonte sobre a qual se assenta a diferenciação. Enquanto no centro do sistema capitalista, onde as revoluções industriais se consolidaram, a diferenciação e generalização são produzidas de forma contínua pela mesma base produtiva - que pode ser, por exemplo, artesanato e indústria, respectivamente -, na periferia, diante da ausência de uma revolução industrial, a diferenciação se assenta nos artigos importados de luxo, enquanto a generalização, tanto em artigos importados mais simples, quanto em artigos nacionais de qualidade mais baixa.

A Rua da Direita era um dos canais que propiciavam esse processo específico de diferenciação de classes. As tendências na moda feminina, por exemplo, foram, por muito tempo, ditadas pela moda francesa. Tanto artigos importados, como a difusão dos catálogos de moda permitiam a reprodução de modelos. Já no caso da moda masculina, os padrões eram principalmente ingleses.

Em 1910, a Rua Direita, a "rua da moda", acolhe também dentro de si as primeiras lojas de departamento. Até então, a Casa Alemã, com um novíssimo sistema de vendas por departamentos e a preços fixos, era o protótipo do *grand magasin* em São Paulo.

---

<sup>9</sup> Karl Von Koseritz. *Imagens do Brasil*. Tradução de Afonso Arinos de Mello Franco. Rio de Janeiro, Biblioteca Histórica Brasileira; Livraria Martins Editora, 1941, p. 255. Texto Original "Bilder aus Brasilien", editado na Alemanha em 1885.

<sup>10</sup> : “La *Haute Couture* d’une part, initialement appelée *Couture*, la *confection* industrielle d’autre part, telles sont les deux clés de voûte de la mode de cent ans, système bipolaire fondé sur une création de luxe et sur mesure s’opposant à une production de masse, en série et bon marché, imitant, de près ou de loin les modèles prestigieux et <griffés> de la *Haute Couture*. Création de modèles originaux, reproduction industrielle: la mode qui prend corps se présente sous le signe d’une différenciation marquée en matière de techniques, de prix, de renoms, de buts concordant avec une société elle-même divisée en classes aux modes de vie et aspirations nettement tranchés”. (Lipovetsky, 1987: 10).

Às vésperas da I Guerra Mundial, no ano de 1912, fundou-se, na Rua Direita, a primeira filial da *Mappin & Webb*, especializada em artigos de luxo distribuídos em diferentes seções: “jóias, relógios, louças e porcelanas, artigos para decoração, etc.”. (Deaecto, 2002). Em 1913, a loja passou à rua XV de Novembro, como filial do *Mappin Stores*, chamando-se *Mappin Stores Brazil* e comercializando, além das jóias, também roupas, chapéus, rendas, artigos de couro, móveis e estofados (Alves e Peirão, 1985: 25). Neste endereço, ocupava uma parte da Galeria de Cristal, criada pelo alemão Cristiano Werbendörfer com a intenção de construir uma passagem *à la parisienne* que comunicasse a Rua da Boa Vista à XV de Novembro. No andar térreo da *Mappin Stores*, a *Mappin Webb* ficou sendo a maior e mais cara joalheria da cidade. No último andar, um restaurante de luxo, freqüentado pela *crème de la crème* da sociedade paulistana.

Apesar de o Mappin trazer consigo o conjunto das inovações que caracteriza o fenômeno do *department store*, alguns elementos, como a venda a preços fixos, já havia sido trazida por outros comerciantes à capital. Em 1882, a Loja da Fama, no número 10 da Rua Direita, já anunciava duas das novidades instituídas pelo sistema de comercialização do *grand magasin*: o preço fixo e a não obrigatoriedade em levar o produto caso o cliente não esteja satisfeito: “O proprietário deste estabelecimento acaba de abri-lo com um sortimento completo de fazendas, modas e armarinhos, artigos de aprimorado gosto, e convida às Excelentíssimas famílias para visitá-los, *certas de que tudo lhes será mostrado, queiram ou não comprar*. (...) Adotando o sistema de vender exclusivamente a dinheiro de contado, *os preços dos gêneros serão, em compensação, os mais módicos possíveis, afixados nos próprios gêneros em algarismos do conhecimento de todos*”.<sup>11</sup> Por sinal, *Ao Preço Fixo* era o nome de uma das camisarias mais famosas em São Paulo durante a década de 1900.

A Rua Direita era também a rua que reunia os locais de encontro da elite endinheirada que ali iam exhibir a sua figura e marcar a sua posição social. Logo, a fama da Rua Direita também se estenderia às suas confeitarias, bares e cafés. A Fasoli, além de se ter consagrado pelos seus comes e bebes bastante famosos, “sorvetes de forma, torrone e *caramelli uso torino*”,<sup>12</sup> também se transformara em um espaço de recepção das mais distintas famílias.

Finalmente, na rua São Bento, apresentavam-se as novidades industriais.

Na Casa Upton, uma das mais conhecidas do ramo, localizada no número 12, havia máquinas para lavouras, cimento, madeiras. Fundada em 1875, essa casa e tantas outras da rua marcavam um novo momento na organização da produção para a exportação, qual seja, o da

---

<sup>11</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, ago/1892. Grifos nossos.

<sup>12</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 31/01/1897.

adoção de maquinário na produção cafeeira. Eram secadores de café, máquinas de beneficiamento, descaroçadores de algodão, fertilizantes e adubos químicos.

Tais casas colocavam em realce as últimas descobertas do mundo moderno, trazendo a público o significado revolucionário do processo industrializador na Europa. Na Rua São Bento, além das máquinas agrícolas, encontrávamos os equipamentos necessários à produção e à distribuição de novas formas de energia; os artigos relacionados ao higienismo moderno, à distribuição de água e à coleta de esgoto. Hugo Heise e Cia., localizado na Rua São Bento no número 93, anunciava algumas dessas "maravilhas": “Sortimento mais completo em lampiões, arandelas, torneiras, registros, bem como em ferramentas para encanadores”.<sup>13</sup>

Algumas das casas comerciais como a Brasserie Paulista, “dotada de luxuoso salão de recepção iluminado a energia elétrica”. (Bruno, 1984), foram pioneiras no uso da eletricidade. A luxuosa decoração, associada à energia elétrica, conferia um efeito incrível composto de reflexos furta-cores: “(...) luxuosas confeitarias, com grandes salas decoradas com espelhos de cristal e paredes recobertas de pinturas alegóricas. Mantendo criadagem e baixelas para banquete e orquestra”.(Prado, 1963: 138)

Quanto ao aparato relacionado ao saneamento básico, a Casa Nathan, localizada nos números 43 e 45, optara por uma linha mais apurada de materiais sanitários: “Banheiras esmaltadas, latrinas, lavatórios, pias para cozinhas (...)”.<sup>14</sup> Esses novos artigos abundavam nos interiores domésticos da elite paulistana, embora, muitas contradições ainda pesassem sobre os novos hábitos de higiene. Logo após a chegada das latrinas em São Paulo, e apesar de preços anunciados acessíveis,<sup>15</sup> os proprietários de imensos sobrados compravam-nas, embora não as usassem. Isso porque, em caso de entupimento de latrinas, o responsável era obrigado a pagar pesadíssimas multas à Intendência Sanitária. Continuavam então com suas velhas e seguras *cloacas*, "que jamais entupiam", tornando os artigos sanitários modernos objetos de pura decoração. Uma espécie de sanitarismo às avessas que, ao esbarrar em certos limites à sua plena implementação, acaba por privilegiar o tradicional em detrimento do moderno, prolongando o *status quo*, mas com uma situação nova que simplesmente se cola à anterior sem que as estruturas desta sejam modificadas.

### **O triângulo comercial como espaço de sociabilidade**

---

<sup>13</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30/07/1907.

<sup>14</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 05/08/1906. Mais para frente, importaria também carros norte-americanos, carbureto de cálcio, gasolina, graxas e lubrificantes para automóveis. (*O Estado de São Paulo*. São Paulo, 02/04/1910).

<sup>15</sup> “Latrinas Unitas. Chegará uma nova remessa e vende-se por preços sem competência na casa de importadores Hermann Theil & Comp”. (*O Estado de São Paulo*. São Paulo, abr./1896).

Neste último ponto de nosso artigo, trabalharemos sobre as formas de sociabilidade que se sobrepõem aos contornos materiais do comércio e da vida urbana na metrópole do café. Procuramos aqui a essência do que representa a sociabilidade moderna, mais particularmente, a nossa sociabilidade moderna.

A reforma urbana de cunho europeizante transformou as ruas do centro da cidade de São Paulo não somente em espaço reservado ao comércio, como também em espaço de sociabilidade que expressa nossa modernidade capitalista e nossa cultura burguesa nascentes. Afirmamos que o Triângulo comercial é uma expressão de nossa modernidade porque, em primeiro lugar, é produto de um capitalismo específico em ascensão. Em segundo lugar, é também produto de um processo de racionalização que tudo divide, espaços físicos, sociais e mentais, separando o estabelecimento comercial da moradia e, portanto, criando uma esfera da troca em separado de uma esfera do consumo; o trabalho da família, criando assim, uma vida pública e uma vida privada. Em terceiro lugar, é manifestação de uma modernidade em construção porque, o Triângulo se revela um espaço de expressão da individualidade, no ponto em que esta consiste em culto ao corpo e ao intelecto. O culto ao corpo se manifesta no apuro ao se vestir, na prática de esportes; o culto às ideias, que se faz nos espaços açambarcados pelos bacharéis, como cafés e livrarias. Aí, esses novos membros da elite, afirmam o seu vigor intelectual em contraposição àqueles que exercem o trabalho manual, como não poderia deixar de ser em uma sociedade de passado escravista.

Em finais do século XIX, as ruas do Triângulo seriam relegadas exclusivamente pedestres, não mais ali circulando tálburis, vitórias, cabriolés ou coches. As suas ruas estariam, então, prontas para receber, ao final de cada tarde, as donzelas e os rapazes de elite com seus figurinos da última moda européia. O costume ditava que as moças deveriam vir sempre no sentido horário, enquanto os *garçons*, no sentido anti-horário para se poderem observar reciprocamente. (Americano, 1957). Para designar esse movimento, usavam-se as expressões “fazer o Triângulo” ou “fazer o *footing*”. Nas esquinas, os bacharéis discutiam a cotação do dia para a saca de café. Nas confeitarias, as senhoras de famílias conversavam sobre os filhos, sobre os maridos ou reclamavam das criadas.<sup>16</sup>

Adentrando já o século XX, a Rua XV de Novembro teria o seu traçado retificado. Passou então a ser uma das ruas preferidas para a convivência dos elegantes ou daqueles com

---

<sup>16</sup> “Então, que história é essa de quererem explorar a gente, dizendo que ganham pouco? Quando elas não têm marido, chegam a fazer contas de oito e dez mil réis cada mês, com o mascate, para cetinetas, rendas e quinquilharias”. (Americano, 1957: 78).

pretensões a sê-lo. A imagem cosmopolita que se fazia da XV de Novembro, tornava-a uma das ruas mais visitadas à noite (Pinto, 1979: 250-251). Moças bonitas ali se exibiam, observadas pelos pelintras de chapéus de palha, os chamados “almofadinhas”. (Americano, 1957) Segundo Alfredo Moreira Pinto, por ela transitavam nos anos de 1900: “(...) indivíduos de todas as classes e nacionalidades [sendo] o ponto para onde converge tudo quanto São Paulo tem de mais seleta: políticos, jornalistas, acadêmicos, comerciantes, excursionistas que formam às portas das lojas diversos grupos, onde discutem os mais variados assuntos” (Pinto, 1979: 224). Nem era tanta a diversidade de classes que por aí transitava, nem tão democrática a rua, mas o que surpreendia esse viajante do Rio era a transformação que São Paulo sofrera em somente dez anos, data da visita anterior de Alfredo Moreira Pinto à cidade.<sup>17</sup>

No plano da sociabilidade moderna, e, portanto, da necessidade da exposição pública que esta traz consigo, as novidades da II Revolução Industrial são transpostas para a dimensão cultural. Subsumida à engenharia dos edifícios, aos estilos arquitetônicos, às novas formas de venda e exposição, as inovações concedem uma dimensão feérica aos produtos e aos hábitos, afirmando, também no plano superestrutural, uma aristocratização cada vez mais aguda dos espaços, do comércio e do consumo: “(...) o comércio das ruas centrais por certo se aristocratizara, não apenas em relação às coisas que se vendiam, como na própria forma pela qual elas eram apresentadas ao comprador”. (Bruno, 1984)

O Triângulo, renovado em todos os sentidos, é, portanto, espaço de exposição, a partir do qual as classes sociais asseguram as suas posições e se legitimam. O hábito de frequentar cafés e confeitarias faz parte desse processo de hierarquização de classes, assumindo também, dessa forma, sua expressão no Brasil da bela época. Luiz Edmundo, no *Rio de Janeiro do meu Tempo*, descreve o espírito que atraía as pessoas para os cafés: “(...) o café, no começo do século, era meio casa de família, meio grêmio, meio escritório, sempre cheio, ponto agradável de reunião e de palestra, onde se recebiam recados, cartas, amigos, conhecidos e até credores”.(Costa, 2003: 349)

Data dessa época o surgimento das formas noturnas do café, como o café-concerto e o cabaré. Também comuns eram as cervejarias e os bares que abriam as portas somente à noite.

---

<sup>17</sup> “Tinhas então as ruas sem calçamento, iluminadas pela luz baça e amortecida de uns lampiões de azeite, suspensos a postes de madeira; tuas casas, quase todas térreas, tinham nas janelas umas rótulas através das quais conversavam os estudantes com as namoradas; os carros de bois guinchavam pelas ruas, sopesando enormes cargas e guiados por míseros cativos (...) Está V. Ex. completamente transformada, com proporções agigantadas, possuindo opulentos e lindíssimos prédios, praças vastas e arborizadas, ruas todas calçadas, percorridas por centenas de pessoas, por faustosos e ricos trens tirados por soberbas parelhas de cavalos de raça e cortadas por diversas linhas de bondes (...) com uma população alegre e animada, comércio ativíssimo, luxuosos estabelecimentos bancários, centenas de casas de negócio e as locomotivas soltando seus sibilos progressistas, diminuindo as distâncias e estreitando em fraternal amplexo as povoações do interior”. (Pinto, 1979: 253).

A vida noturna enquanto forma de sociabilidade só fora possível com o advento da energia elétrica, que permitia um maior tempo de permanência maior nas ruas. O culto à vida boêmia, à *flânerie*, aos hábitos mundanos não seria mais o mesmo depois do advento dos fios elétricos: “A nossa capital já é um centro onde as manifestações da vida mundana se fazem sentir fortemente. Já não somos os tristes moradores de uma cidade provinciana que às nove horas da noite dormia a sono solto depois dos mexericos através das rótulas ou à porta das farmácias”.<sup>18</sup>

Um dos lugares mais frequentados pela boemia paulistana era o High Life Paulista, localizado na Rua da Boa Vista, 52: “Importante estabelecimento, o primeiro desta capital, com bilhares de primeira ordem e um completo sortimento das melhores e mais finas bebidas, charutos, etc., etc. Hoje, primeiro aniversário de sua fundação, resolvemos denominá-lo Hig-Life Paulista, devido à seleta freguesia por nós adquirida, demonstrando-lhe por este a nossa gratidão e alta consideração em que a temos. Ao Hig-Life, recomendável pelo seu gerente que conta quatorze anos de prática angariada nos principais estabelecimentos da capital federal. Asseio, luxo e comodidade”.<sup>19</sup> Na Rua Líbero Badaró, encontrava-se o Café Colombo, que servia cerveja Antártica por apenas 200 réis.

Em dois dos vértices comuns aos dois triângulos, na Praça Antônio Prado (antigo Largo do Rosário) e na Praça da Sé, também se concentravam pontos de encontro da vida boêmia. A impressão que se tinha, ao estar em tais pontos de confluência de estabelecimentos e pessoas, era a da visita a uma capital europeia tal a variedade de lojas e confeitarias elegantes ali presentes. A Praça Antônio Prado, por exemplo, consagrar-se-ia como foco boêmio, primeiro com o Café Caruso (depois do Ponto), a seguir, com o Café Brandão. A partir do final da tarde, quando a praça começava a receber as cocotes, os jornalistas, os literatos e os poetas, as famílias deixavam o lugar, para se refugiarem na Confeitaria Progredior, bem no centro da Rua XV de Novembro (Bruno, 1984: 132). Enquanto, no interior do Triângulo maior, a vida noturna borbullhava com o extravasamento dos espíritos boêmios, a diversão mantinha uma postura mais conservadora e familiar ao longo do Triângulo interno. Na Praça da Sé, o conhecido Café Girondino acolhia a clientela que, a partir das 17 horas, saía da Casa Garraux.

A vida boêmia é uma das dimensões da modernidade capitalista através das quais se liberam os sentidos reprimidos pela disciplina do trabalho. Durante o dia, a ascese; à noite, a lassidão de costumes. Localizada no mais profundo recôndito da cultura boêmia, as

---

<sup>18</sup> Jayme Gama. Crônica de *O Pirralho*. São Paulo, 11/08/1911.

<sup>19</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 27/01/1890.



frustrações decorrentes do espraiamento do progresso técnico por todas as dimensões encontram, na noite, um lugar de expressão, conformando uma contracultura burguesa: “A boemia não era um reino exterior à vida burguesa, mas a expressão de um conflito que surgiu bem no seu âmago”. (Seigel, 1992: 19) Ali têm lugar os desregramentos: os abusos do vinho, que, dentro da fábrica podem ser fatais; a luxúria, totalmente condenada pela ética do trabalho; a expressão artística.

O hábito da vida noturna na São Paulo do café era, no entanto, menos fruto de uma sociedade que se decepciona com o capitalismo do que de uma sociedade que celebra sua chegada, que se civiliza na passagem da cerveja para o champanhe, que se legitima adotando a cultura forânea.

A boemia paulista representava uma cultura que se opunha à tradição ou a reconstruía em determinados aspectos, engendrando mesmo um conflito de gerações. Filhos de fazendeiros ricos, os bacharéis boêmios levavam ao paroxismo a a ideia da libertação de suas raízes rurais. Ao caminhar em direção contrária à da cultura telúrica e "aristocrática", arraigada em seus pais, os boêmios representavam valores burgueses que tomavam contornos bastante peculiares na São Paulo republicana.

Os trajos que portavam esses novos atores da sociedade, os bacharéis, expressavam essa contestação. Empertigados, a indumentária que portava o bacharel exprimia tanto sua distância da vida material, sua capacidade intelectual em muito superior ao trabalho manual, quanto sua superioridade em relação ao sexo frágil.

Dessa maneira, ao longo do século XIX, os trajos, tanto masculinos, quanto femininos, e mesmo infantis, assistiram a transformações que resultaram em uma diferenciação cada vez mais intensa entre os sexos e as idades, delimitando visivelmente os papéis de cada ator dentro da sociedade. A relação entre capitalismo, modernidade e moda transformaria os trajes masculinos no sentido de uma maior sobriedade, ligada, ao menos no plano formal, ao rigor da disciplina de trabalho, permeada pela ética do sustento que este proporciona à família. Os trajes femininos seriam mais coloridos e mais leves: “(...) de um lado uma moral masculina contratual, um código de honra originado nos contatos da vida pública, comercial, política e das atividades profissionais - e do outro uma moral feminina, relacionada com a pessoa e os hábitos do corpo e ditada por um único objetivo, agradar aos homens”. (Souza, 1987)

## **Conclusão**

Procuramos mostrar, neste artigo, como o comércio urbano é transformado, tanto em suas dimensões materiais quanto superestruturais, pelo capitalismo em ascensão. Começamos pela a função que a cidade assume na divisão internacional do trabalho inaugurada pela II Revolução Industrial e como o comércio é aí reorganizado.

Para representar tanto as dimensões infra quanto superestruturais que norteiam o comércio urbanos, utilizamos, como recorte espacial o Triângulo comercial, formado pelas ruas XV de Novembro, Direita e São Bento. Nesta conclusão, faremos algumas considerações a respeito das contradições nascidas partir da adoção desse modelo urbanístico, contradições estas que bem se manifestam nos rumos tomados pelo comércio urbano. Retomar a reforma e o comércio urbanos ao momento do nascimento do capitalismo no Brasil significa compreender as raízes dos desequilíbrios sociais e espaciais que perpassam a história urbana do capitalismo periférico e que, ainda hoje, são vistos nas metrópoles brasileiras porque são o produto da reprodução de uma desigualdade estrutural.

O conflito entre a transformação forçada das capitais - que visa menos à circulação do trabalho do que à transformação da cidade em “vitrine” - e o seu crescimento desordenado reproduz o velho embate entre modernidade e modernização. Destituída dos condicionantes históricos, revoluções e reformas estruturais, que dessem lugar à transição para uma sociedade inclusiva, a sociedade periférica acaba por optar sempre pela solução mais rápida, a que permita uma transformação da imagem da cidade sem que se revolucionem suas estruturas sociais, mas, tão somente aquelas que facilitem a acumulação de capital.

Desse modo, os conflitos sociais são sufocados e, assim, conduzidos a um novo patamar no qual são recriados. A modernidade efetiva é adiada porque incongruente com o projeto modernizador adotado: “O dilema da modernização periférica nos condenaria a sempre perseguir o moderno sem nunca atingir a modernidade – a qual pressupõe uma ruptura estrutural, não apenas nas hierarquias sociais internas, mas também no que se refere à própria estrutura que preside ao princípio modernizador, distinguindo centro e periferia, desenvolvimento e atraso”.<sup>20</sup>

Conforme visto acima, o Triângulo é a síntese entre as transformações capitalistas materiais e as transformações culturais que remete à modernidade emergente ao final do século XIX. Ali se reúnem as últimas conquistas industriais do mundo capitalista

---

<sup>20</sup>“A visão modernizante escamoteia, portanto, as contradições que marcam a urbanização capitalista, assim como as contradições estruturais – revoluções políticas, rupturas históricas, lutas de classe – que definem a própria modernidade. Vendo tais conflitos como meras dificuldades temporárias, a perspectiva da modernização inverte a visão da modernidade, transmutando suas fraturas num mero salto temporal: a distância entre a situação ‘atrasada’ existente e um futuro modelar”. (Campos, 2002: 26).

desenvolvido, os novos hábitos, a nova racionalidade separa o espaço privado do público. No entanto, e o que é específico à nossa condição de nação de passado colonial, na medida em que se definem novos espaços e novas formas de sociabilidade, os espaços, relações sociais e valores deixados pela nossa herança colonial persistem combinando-se ao novo e conformando uma dura realidade totalmente avessa à imagem das "vitrines triangulares".

A configuração das redes comerciais centrais, a sobreposição entre o Triângulo menor, o cerne da exposição da cidade, e o maior, onde se refugiam as imagens indesejadas da cidade colonial, expulsas cada vez mais para a periferia, ilustram a continuidade dessas clivagens contidas em um equilíbrio bastante instável. Do outro lado da cidade, a cidade velada, continuam as doenças tropicais, corre o esgoto a céu aberto, ambulantes e mascates vendem seus produtos de casa em casa ou em araras postas sobre as calçadas, onde não existe qualquer separação entre espaço público e privado.

É bastante significativo que, com o governo de Antônio da Silva Prado, o cerco aos mascates e vendedores ambulantes tenha se fechado. A imagem da cidade ideal não somente comportava espaços públicos apresentáveis, mas um comércio cada vez mais próximo àquele visto nos países já capitalistas. A promulgação das *Leis e Atos do Município de São Paulo* em 1910 tentou uma primeira regulamentação das profissões dos prestadores de serviços e trabalhadores de rua. Contudo, para melhorar a imagem do centro comercial, não se mediram esforços para que carroceiros, cocheiros, engraxates, lavadeiras, carregadores, vendedores de bilhetes, de jornais andassem uniformizados, esforço esse frustrado devido à exigência muito além da possibilidade de concretizá-lo. (Deaecto, 2002: 166)

Em 1900 ainda era bastante comum a mistura entre o comércio que contraía feições modernas e o comércio ambulante. Predominantemente realizada por portugueses no início do século, são os libaneses que darão continuidade a esse tipo de atividade, ligando os atacadistas do centro aos moradores dos bairros; o comércio da capital ao comércio do interior, provendo os fazendeiros desejosos de produtos europeus, mas não querendo sair de sua sede na fazenda. Exercem assim função semelhante à do caixeiro viajante: a da integração do mercado nacional a partir do encurtamento de distâncias.

Aos poucos, a estrutura comercial da cidade muda. Os "(...) novos traços e padrões culturais haviam desalojado aqueles que dominavam em outros tempos", (Bruno, 1984: 1161) mandando-os para as bordas da cidade: "Os mascates, as vendas, as tamancarias, as forjas de ferreiro e os talhos de carne verde, que o *high life* comercial conseguiu afinal ablegar do *triângulo* central da Paulicéia (...)" (Freitas, 1955). Um bom indicador de tal mudança é a arrecadação do imposto sobre profissões, que diminui gradativamente: em 1910, o imposto

arrecadado era do montante de 203:890\$000, passando a 199:496\$500, em 1915 e a 136:011\$500, em 1920. (Deaecto, 2002: 168)

Algumas profissões, vistas como as mais torpes, são literalmente expulsas do centro da cidade, como é o caso dos açougueiros, banidos em 1890: “As leis sobre açougues, fábricas de alimentos e mercados de hortaliças e frutas são recorrentes, tanto no que tange ao seu perímetro de ação, quanto às condições de higiene e segurança. Trata-se, em linhas gerais, de atividades que foram excluídas do Centro” (Deaecto, 2002: 168). Outras profissões seriam estabelecidas pela tomada de certas medidas, como a isenção de emolumentos a restaurantes e hotéis, atraindo os grandes hotéis e as *rotisseries* de requinte para o Triângulo central. (Deaecto, 2002: 168-169). Todos parte do mundo refinado que compunha a vida burguesa na capital do começo do século XX.

No lugar do mascate, cujo desaparecimento era imprescindível para a nova reconfiguração da cidade, apareceria o estrangeiro, geralmente representante de uma tradição familiar ou de um grande grupo importador: “Aos poucos, aquele velho panorama de armazéns de secos e molhados, lojas de panos de algodão e hospedarias rústicas, vai sendo transformado pela presença das importadoras, das casas de moda, de vinhos, de materiais de construção, e dos hotéis de porte, a isso correspondendo novas conformações arquitetônicas e urbanísticas (...) [assim] o comércio não constituiu um sistema para circulação e consumo apenas de produtos locais, fossem artesanais ou industriais, mas também – e intensamente a partir do final do século XIX – de produtos estrangeiros”. (Barbuy, 2006: 28)

Essa lógica sanitaria de eliminação dos traços coloniais com vista à europeização da cidade conta ainda com a importação de estilos arquitetônicos que são especialmente adaptados para os estabelecimentos comerciais. No centro da cidade, predomina o sobrado urbano tradicional, construído em alvenaria, alinhado à rua, sem recuo. As edificações eram maciças, esculpidas pelo estilo neoclássico ou eclético, assim explicado por Carlos Lemos e sintetizado por Monteiro Lobato na idéia do carnaval arquitetônico: “(...) construções diversas que, de um modo geral e num primeiro momento, podemos chamá-las de neo-renascentistas despoliciadas, isto é, quase sempre executadas por profissionais não qualificados e que vieram a ser popularizadas ao longo do tempo. Nelas, as regras foram substituídas pela improvisação, pela recriação e até pela invenção... Esse é o grupo mais numeroso e mais difundido e que, para muitos, é o único a merecer o epíteto do Ecletismo porque tolera tudo. Esse grupo de obras neo-renascentistas poluídas também engloba, inclusive, as chamadas colagens imaginosas, não colagens ideais de elementos de um mesmo repertório estilístico (...) mas a

justaposição material, lado a lado, até de fragmentos provenientes de diversas demolições de construções antigas”. (Lemos, 1985: 75)

Se, no centro da cidade e nos bairros de elite, podemos falar da constituição de um espaço privado em contraposição ao público, o contrário acontece nos bairros operários. As unidades formadas pela relação entre a fábrica e a moradia, os cortiços, anulavam completamente a possibilidade de constituição de uma dimensão privada tal qual à que se sucedia com os palacetes paulistanos:

"(...) das portas surgiam cabeças congestionadas de sono; ouviam-se amplos bocejos, fortes como o marulhar das ondas; pigarreava-se grosso por toda a parte; começavam as xícaras a tilintar; o cheiro quente do café aquecia, suplantando todos os outros; trocavam-se de janela para janela as primeiras palavras, os bons-dias (...). No confuso rumor que se formava, destacavam-se risos, sons de vozes que altercavam, sem se saber onde, grasnar de marrecos, cantar de galos, cacarejar de galinhas. (...) em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar (...). As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas. (...)".<sup>21</sup>

O trecho retrata a ausência de barreiras entre os espaços privado e público, tendo a casa do cortiço a exclusiva função de moradia e não a de demarcação dos limites da intimidade, traço característico da privacidade moderna burguesa.<sup>22</sup> Enquanto nos cortiços, a privacidade se constituía sobre a exposição, nos bairros de elite, os palacetes assistiam ao isolamento cada vez maior de sua intimidade em relação à rua. Os quartos ocupavam o primeiro andar, acessíveis somente à família e aos criados, e a sala, transformada numa pequena circunscrição do espaço público, era a única conexão com a rua. (Marins, 1998: 178) Logo, a relação público-privado que caracteriza a modernidade capitalista em contexto

---

<sup>21</sup> Aluizio Azevedo. *O cortiço*. 36a edição, São Paulo, Ática, 2000.

<sup>22</sup> "Alinhadas diretamente com as calçadas, as habitações populares formaram a paisagem marcante dos bairros de imigrantes, em cujas janelas debruçadas sobre as ruas rompia-se a desejada diferenciação espacial das elites empenhadas em discernir as fronteiras entre espaços públicos e privados. (...) os logradouros (...) transformavam-se em extensão das pequenas salas de estar, e rodas de cadeiras espalhavam-se pelas calçadas (...) As músicas, o vozerio alto e acalorado rompiam os tênues limites de paredes e vidraças, fundindo experiências - e fomentando solidariedades". (Marins, 1998: 173).

periférico não é homogênea, mas se constrói sobre diferentes níveis de separação entre as esferas pública e privada, entre o local de moradia e o de trabalho.

Em síntese, a cidade moderna, em contexto periférico, nasce sob o signo de uma utopia, a utopia da construção de uma sociedade moderna. Não obstante, os instrumentos utilizados para levar tal projeto a cabo acabam por perpetuar a condição do atraso, reproduzindo a exclusão social em uma escala mais ampla que, agravada pela acumulação capitalista a qualquer custo, que impõe um processo de modernização avassalador, sem se preocupar com a transição adequada entre arcaico e moderno. O comércio mostra a sua expressão também na reprodução dessa desigualdade porque, não sendo ainda a produção autodeterminada e determinante do processo de acumulação, é ele que torna mais "visível e dinâmica", voltando a Caio Prado Jr., a profunda e silente transformação estrutural que caracteriza a transição do nosso passado colonial, mercantil e escravista para o mundo capitalista.

**Fontes:**

NOGUEIRA, Paulo de Almeida. *Minha vida (diário de 1893 a 1951)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1955, p. 200.

*O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1890-1915.

**Bibliografia:**

ALVIM, Zuleika & PEIRÃO, Solange. *Mappin – setenta anos*. São Paulo, Ex-Libris, 1985.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo, Edição Saraiva, 1957.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BARBUY, Heloisa. *A Cidade-Exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo, Edusp, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas*. Vol. III. Tradução José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

BRENNA, Giovana Rosso del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro, Index, 1985.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. I. *Arraial de sertanistas (1554-1828)*. 4ª edição. São Paulo, Hucitec, 1991(a).

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol II. *Burgo de estudantes (1828-1872)*. São Paulo, Hucitec, 1991(b).

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. III. *Metrópole do Café (1872-1918)-São Paulo de Agora (1919-1954)*. São Paulo, Hucitec, 1984.

CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade – Urbanismo e Modernização em São Paulo*. São Paulo, Ed. Senac São Paulo, 2002.

CORNEJO, Carlos & Santos, Silvia Rita. *Casa Fretin 100 anos*. Álbum Publicitário. São Paulo, Studio Flash Produções Gráficas, 1995.

CROSSICK, Geoffrey & Jaumain, Serge. “The world of the department store: distribution, culture and social change”. Cap 1 de Geoffrey Crossick & Serge Jaumain (eds.). *Cathedrals of consumption: the European department store, 1850-1939*. Aldershot (GB), Brookfield (Vt.); Singapore, Ashgate, 1998).

DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2002.

- HOBBSAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Trad. de Donaldson Magalhães Garshagen. 5ª edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003.
- KOSERITZ, Karl Von. *Imagens do Brasil*. Tradução de Afonso Arinos de Mello Franco. Rio de Janeiro, Biblioteca Histórica Brasileira; Livraria Martins Editora, 1941, p. 255. Texto Original "Bilder aus Brasilien", editado na Alemanha em 1885.
- LEMOS, Carlos. *Alvenaria burguesa – breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo, Nobel, 1985, p. 75.
- LIPOVETSKY, Gilles. *L'empire de l'éphémère. La mode et son destin dans les sociétés modernes*. Paris, Éditions Gallimard, 1987.
- MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". Cap. 2 de *História da Vida Privada no Brasil*, vol.III, *República: da Belle Époque à era do Rádio*. Org. Nicolau Sevcenko; Coord. da Coleção Fernando Novais. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. Org. Fernando Góes. Pref. e notas Byron Gaspar. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 123.
- McKENDRICK, Neil. "The Consumer Revolution". In Neil McKendrick, John Brewer and J.H. Plumb, *The Birth of a Consumer Society*, London, Publications Limited, 1982.
- MELO, João Manoel Cardoso de & NOVAIS, Fernando Antônio. "Capitalismo tardio e Sociabilidade Moderna". Capítulo 9 de *História da Vida Privada no Brasil*, Vol. 4, *Contrastes da intimidade contemporânea*. Org. Lilia Moritz Schwarcz. Coord. Fernando Antônio Novais. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- MILLER, Michael B., *Au bon marché, 1869-1920: le consommateur apprivoisé*. Trad. de Jacques Chabertp. Paris, A. Colin, 1987)
- MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora- evocações da metrópole*. 3ª edição. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1943.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª edição. São Paulo, HUCITEC, 1995.
- PETRONE, Pasquale. *São Paulo no século XX*, Cap. 3 de *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*, parte 2, *A evolução urbana*. Org. Aroldo Azevedo. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1958.
- PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo, Governo do Estado, 1979 Luiz Edmundo da Costa. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. vol. 1. Brasília, Edições do Senado Federal, 2003, p. 349.
- Prado Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 24ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1996



- PRADO, Antônio de Almeida. *Crônica de outrora*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963.
- Rios, Marcos Calixto. “Breve Histórico da Rua XV de Novembro”. Parte de pesquisa de iniciação científica intitulada “Uma rua em três tempos: o caso da XV de Novembro”.
- SEIGEL, Jerrold. *Paris Boemia – cultura, política e os limites da vida burguesa. 1830-1903*. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre, L & P, 1992, p. 19.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7a ed. São Paulo. Alfa Ômega, 1986.
- SOUZA, Gilda de Melo e. *O Espírito das Roupas a moda no século XIX*. São Paulo, Cia das Letras, 1987. Affonso A. de Freitas. *Tradições e Reminiscências Paulistanas* (1921). 2ª edição. São Paulo, Martins, 1955.